



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Ata de Reunião

ATA DA REUNÃO PLENÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DA MULHER – CEM. 18/12/2020.**PRESIDÊNCIA DE TELMA PATRÍCIA DE MORAES SANTOS**

Às 14h00min, do dia 18 de dezembro de 2020, reúnem-se através da **Plataforma: <https://us02web.zoom.us/j/84740217371?pwd=MCs3QnhvekxzduRNdGNVRThabWZBZz09>**. Em Plenária Ordinária do Conselho Estadual da Mulher, doravante identificado CEM/MG. A reunião plenária foi dirigida pela Presidente Sra. Telma Patrícia de Moraes Santos, Secretária da Mesa Diretora do Conselho Estadual da Mulher, Presidente Interina do Conselho Estadual da Mulher, em substituição da Presidente afastada do cargo, Sra. Bárbara Ravenna Martiniano de Assis e estavam presentes as seguintes conselheiras: a Sra. Bárbara Bella Paiva (titular), Representando a Secretaria de Estado de Cultura e Turismo – (SECULT); a Sra. Beatriz Eufrásio Trindade (suplente), Representando a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – (SEDESE); a Sra. Euzelina Dóris dos Santos (Suplente), Representando a Secretaria de Estado de Educação – (SEE); a Sra. Fernanda Danielle Gandra Rodrigues (Titular), Representando a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – (SEPLAG); a Sra. Jailane Devaroop Pereira Mattos (titular), Representando a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - (SEDESE); a Sra. Marília Rafael Moreira Marques (Suplente), Representando a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – (SEPLAG); a Sra. Marly Duarte de Souza (titular), Representando a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais - (FETAEMG); a Sra. Priscila de Faria Pereira (Suplente), Representando a Secretaria de Estado de Saúde - (SES); a Sra. Telma Patrícia de Moraes Santos (Titular), Representando o Sindicato dos Professores (SIMPROMINAS); Terezinha Lúcia de Avelar (Titular), Representando a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – (CTB); a Presidente, passou à chamada das conselheiras que apresentaram a justificativa de ausências: a Sra. Carmélia Maria Vianna da Rocha (titular), Representante do Movimento Popular de Mulheres – (MPM); a Sra. Luciana Perônico (Titular), Representando a Secretaria de Estado de Educação (SEE); a Sra. Marilda da Silva (Suplente), Representando a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – (CTB); a Sra. Roberta Graziella Mendes Queiroz (Suplente), Representando a Secretaria de Estado de Cultura e turismo (SECULT); Tatiane Carvalho Maia (Suplente), Representando a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP); a Sra. Verônica Idelfonso Cunha Coutinho (Titular), Representando a Secretaria de Estado de Governo (SEGOV); a Sra. Zélia Lúcia Lima (Titular), Representante da União de Negros e Negras pela Igualdade (UNEGRO); auxiliaram para a realização da reunião a equipe de secretaria executiva do CEM, a secretaria executiva, Jéssica Bueno, e as servidoras Elenir Rios e Júnia Beatriz. Doravante todas as presentes serão mencionadas pelo primeiro nome seguida da sigla do órgão ou entidade que representam. Depois de aberta a reunião e verificada a presença das conselheiras, deu-se sequência às seguintes pautas: **I. Abertura; II. Aprovação e considerações da ata anterior; III. Palestra sobre: “O Papel do Conselho e das Conselheiras com Isabel Lisboa”; IV. Debate: A Composição do Conselho e Perspectivas para 2021, com Dra. Emilia Paulino Viriato e Isabel Araújo da OAB/MG; V. Informes; VI. Encaminhamentos; VII. Encerramento. I - Abertura:** A presidente Senhora Telma Patrícia de Moraes Santos, deu as boas vindas a todas as presentes, após verificação de quórum em conformidade com a exigência do Decreto e do Regimento Interno do Conselho Estadual da Mulher e a confirmação de ausências justificadas das conselheiras. Assim, confirmado o quórum, passou à chamada para dar início à reunião. Em seguida, a Sra. Telma inicia a reunião e convida a palestrante Sra. Isabel Lisboa, a quem é passada a palavra. **III - Palestra sobre: “O Papel do Conselho e das**

Conselheiras com Izabel Lisboa”: A Sra. Izabel Lisboa inicia com a palavra dizendo que não considera a sua fala como uma palestra, mas sim como um bate papo, inicia cumprimentando a todas falando da importância deste conselho e propõe contribuir com o conselho com este bate papo, mas que vê uma grande importância em lembrar de onde e como surgiram os conselhos e qual a importância dos mesmos nessa atual conjuntura de enfrentamento em relação às violências contra as mulheres e lembrando também da desigualdade que as pessoas vivem na sociedade e do não empoderamento de muitas mulheres referente à falta das mulheres no poder, que não é uma palestra, mas vê uma importância em lembrar de onde surge os conselhos e qual a importância dos conselhos nessa atual conjuntura de enfrentamento as violências contra as mulheres e lembrando da desigualdade que as pessoas vivem na sociedade e do não empoderamento de muitas mulheres a falta das mulheres no poder, que esta é uma situação que permanece como uma concepção autoritária, desumana e violenta das relações humanas e da sociedade. Izabel Lisboa prossegue informando que, neste contexto surge uma organização própria das mulheres como movimento autônomo que tornou possível e começou a dar uma visão crítica nas relações de desigualdade entre mulheres, homens e ao feminismo. O feminismo trata de romper com uma formação social onde o poder é masculino, regulador e hierárquico, e que se quer como referência universal desestruturar, então as relações binárias e excêntricas por um lado daqueles que estão no âmbito do poder público do sujeito cidadão feito a “imagem e semelhança do homem” e seus temas de interesse geral universal como, por exemplo, a economia, meio ambiente, saúde e educação. Muitas questões dadas a esta questão masculina da imagem e semelhança do homem, indicam a ideia de que o feminismo trata de romper com esta formação social com este poder masculino, o feminismo surge então e a luta das feministas e o movimento de mulheres passam por várias fases onde varias autoras renomearam de ondas dos feministas, e as lutas das mulheres organizadas então educam e formam as mulheres, e muitas mulheres perguntam por quê? Se a luta do feminismo é uma luta universal para a igualdade entre todas, então porque o movimento de mulheres? Uma vez que a luta é de todas. Segundo a Sra. Izabel Lisboa fica uma questão para pensar. Primeiro porque é fundamental que as oprimidas se organizem como sujeito de suas lutas. Segundo porque os movimentos próprios de mulheres articulam e unificam uma plataforma de mudança. Terceiro porque o movimento próprio de mulheres impede que sejam deixados de lado a luta, contra a desigualdade entre os setores das próprias mulheres e acima de tudo ajudam a impedir que as mulheres fiquem subordinadas a prioridade masculina como muitas vezes acontece. Estes movimentos de ruptura com o padrão masculino hegemônico acabam por provocar o fortalecimento e ampliação da participação das mulheres representadas por atuações das organizações feministas de mulheres pelos conselhos de direitos da mulher, pelas conferências de política para mulheres, pelas ouvidorias e por audiências públicas acrescida nos últimos anos pelas plataformas digitais, redes sociais, rede de enfrentamento e pelas organizações de mulheres, esta presença então na vida social e cultural brasileira dos movimentos feminista de mulheres ressurgem como uma segunda onda aqui no Brasil, em meados dos anos 70 quando as mulheres lutaram então por uma restauração da democracia e contra o processo Histórico de exclusão feminina e pela inclusão de direitos humanos na Sociedade Brasileira meio a ditadura. Então o movimento feminista tem marcas distintas e definidas, pois a conjuntura histórica impôs para lutar pela redemocratização no Estado Brasileiro, contra a ditadura militar pela anistia e por melhores condições de vida. Mas, ainda sim ao lado de diferentes solicitações debateu-se muito a sexualidade o direito ao prazer e ao aborto, o auto pertencimento do corpo, e muitas discussões recuperadas após o silenciamento da ditadura. No início do século XX o movimento feminista havia promovido o debate sobre a sexualidade, o planejamento familiar o controle da natalidade, passando estes a serem pensados como integrantes das políticas públicas e uma tecnologia anticoncepcional e passa a ser um forte aliado das mulheres e passam a ter uma igualdade com o homem no que se toca a desvinculação entre sexo e maternidade, sexo e amor e sexo e compromisso, e chegamos aos anos 70 e em 75 foi editado como ano internacional da mulher, encontros, congressos de mulheres, imaginam estas situações fervilhando de processos de encontros de mulheres, encontros feministas e encontros de organizações nem tanto feministas assim, muitas mulheres reivindicando, dando maior visibilidade e conscientização política e melhorias nas Condições de trabalho. O 08 de março é finalmente declarado o dia internacional da mulher por iniciativa da **ONU** e passa a ser comemorado em todo o país de forma cada vez mais organizada, é uma época onde nós temos um surgimento importante de **Rose Maria Murado**, uma

passagem pelo Brasil bombástica da **Beth Frigiman** que veio como um furacão mudando o conceito e fazendo a cabeça de todos. **Lelia Gonzales**, uma mineira Belorizontina veio ativando e dando uma importância fenomenal à escultura e a visibilidade para as mulheres negras, e até que, em meados dos anos 1970 até o ano de 1976 surge a trágica morte de **Ângela Diniz** uma mulher classe **AA** que foi vitimada por seu companheiro e daí gera desta discussão também no início dos anos 1980, onde outras duas mulheres também classe **AA** sofrem da mesma violência, e por isso a mídia e a sociedade em geral da uma importância histórica a estes assassinatos de **Heloisa Balestero** e **Maria Regina Campos**, uma vitimada por seu companheiro enquanto dormia, por não querer separar e querer o divórcio acusando-o de infidelidade e, a outra com uniforme de ginástica ainda voltando da academia, então foi também assassinada. Isso levanta uma revolta em Minas Gerais, que já tinha uma organização de mulheres, e no dia 18 de agosto 1930, mais de 600 pessoas, a maioria mulheres, ao lado da igreja São José na Avenida Afonso Pena, se reuniram para protestar contra o assassinato destas mulheres, pensando as três mulheres juntas. O movimento juntava a renovação da consciência, grupos feministas, que surgiram e deram início ao ato “**quem ama não mata**”. O silêncio é entendido como é cúmplice da violência, afirmam que querem que se espere em silêncio até o próximo dia, mas o movimento e a união é para quebrar este silêncio. Bel Lisboa fala e sente até arrepio por não ter mulheres de sua idade, mas tem mulheres próxima de sua idade, e quem viveu um pouco esta época e a criação dos primeiros conselhos da comissão feminina. O Conselho da Mulher foi criado em 1983, e considera-se, apesar de ter uma divergência entre São Paulo e Minas, que foi o Primeiro conselho de direitos humanos criado nos Anos de 1980. Mas também existia o conselho da comissão feminina de São Paulo, que foi criado nos anos 1980. Vários organismos da mulher como criação do **NEM** na **PUC** do Rio de Janeiro, o **NEIN** na Universidade da Bahia, o **NIELVE** do Rio de Janeiro também o do **NENGE** na **UNSP**, muitas prefeituras progressistas então começavam a se vincular, nesta época existia um movimento grande que falava de conselhos que falavam em nome dos movimentos, mas que respeitavam hierarquia da disciplina de governo, era possível os conselhos independentes de governo. Os conselhos eram vinculados ao órgão governamental, esta era uma discursão que rolava muito quando da criação dos conselhos também a partir desta época, o processo nos anos de 1988 na constituinte com o envio da carta das mulheres brasileiras aos constituintes, a incorporação de várias questões importantíssimas na nossa Constituição Federal, como o **Art. 5º da Constituição** todos pelos direitos iguais, não tem tanto, mas tem na constituição essa questão e temos que brigar por ela, o **Art. 22º da Constituição**, a sociedade conjugal por homem e pela mulher e outras questões ampliando o protagonismo das mulheres e, foi criado em 1995 o Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres que foi de uma importância fenomenal para a Sociedade Brasileira. Criados os conselhos e criados os conselhos nacionais com algumas prerrogativas, como a discussão ainda complicada por dentro de uma estrutura não tão democratizada ainda, o nosso Conselho da Mulher foi criado em 1983, então tem uma discussão que perpassa a evolução da Sociedade Brasileira na busca da remodeocratização do país naquela época e do futuro das mulheres. O aumento da participação no processo político daqueles anos, motivou um avanço enorme da presença feminina nos espaços públicos e da sociedade prosseguindo durante muitos anos, então devemos pensar o que são Conselhos, são espaços públicos por força legal para atuar nas políticas públicas na definição das suas prioridades nos seus conteúdos, nos recursos orçamentários no seguimento social, e na avaliação dos resultados a composição plural heterogênea com representação na sociedade civil e do governo em diferentes formatos, o que caracteriza o conselho como instância de categoria de conflito entre diferentes grupos e interesses, portanto como campo de disputas políticas de conceitos de processos de ações que se envolve. No conceito mais geral, os conselhos então são Instituições Híbridas formados por atores e atrizes estatais e civis, ainda que a gente tenha no Brasil conselho de mulheres com composição de homens, constituem-se em formas altamente igualitárias da participação das mulheres em formato de parceria entre Estados e Governantes de mais institutos e plurais representações da sociedade civil, porções em discussões, chegamos a discutir se o conselho é paritário, será que é importante ser paritário agora? Chegamos a discutir na época e com o secretário de Estado Sr. Nilmario Miranda, quando estava como superintendente de políticas para as mulheres e em alguns momentos a subsecretaria de políticas públicas para as mulheres também. O Secretário Sr. Nilmario Miranda concordou, quando falou-se que deveria dar prioridade para a sociedade civil e poderia ter 65 por cento de sociedade civil para dar voz às pessoas que irão opinar. A população que esta sendo consultada e convidada

a participar da elaboração das Políticas públicas, mas não tivemos a possibilidade de fazermos isso por que a lei do Conselho foi um Decreto no ano de 1983, e para fazer alguma alteração neste decreto temos que fazer uma nova legislação, mas acho que é importante buscar não apenas pela composição, mas por várias situações que a temos com os modelos novos agora, e competências que devemos alterar, às vezes estamos preso a um Decreto Lei, que foi instituído numa época que às vezes não podia estar mexendo. Com relação ao caráter, o caráter do conselho é um caráter constitutivo e deliberativo nas suas competências dentro da questão das políticas de gênero, podendo também demandar questões propositivas no seu caráter, ele é deliberativo a amplitude, é possível que modifique isso, como se interagem isso, lendo o regimento interno, e lembrando que na época o conselho demorou um ano para concluir o regimento interno, preocupadas não só com virgulas pontos e acentos, mas também com prerrogativas que queriam alterar, incluir públicos como mulheres transexuais, mulheres travestis, para além dos estereótipos de mulheres, de gênero, binário, homem, mulher. São muitas coisas que no **Art. 2º** compete ao conselho estadual da mulher e as suas caracterizações passam pela formulação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas, e deveria ser um conselho que pauta o governo para instigar e cutucar o governo, é uma questão importante para pensar, estabelecer, aprovar, executar, o plano de ação das atividades, elaborar critérios e parâmetros para a implementação das políticas públicas, viabilizar a participação de todas as mulheres, negras, indígenas, jovens, idosos, varias que estão nas competências do conselho, fomentar estudos, debates e pesquisas sobre a situação das mulheres, cabe ao conselho instigar isso para que se aprove inclusive valores, elaborar propostas orçamentárias para o Plano Plurianual das Ações Governamentais, execução orçamentária com foco nas ações, e dentro das competências do Conselho da mulher uma delas é puxar junto com a executiva a conferência estadual dos direitos da mulher, além de fomentos de conselhos a gente não cria conselhos municipais, mas podemos fomentar os conselhos promovendo intercâmbio entre os conselhos municipais. Na época da elaboração do regimento interno o conselho tinha uma presidenta, uma vice-presidenta e uma secretaria, e foi criada a mesa diretora do conselho e algumas câmeras setoriais, e outros instrumentos, para democratizar a participação na gestão e o processo decisório, para que o conselho não ficasse nas mãos de ninguém, e foi para avaliação jurídica e alterada com relação ao papel do conselho, e papel da mesa diretora e por último ficou a parte de qual seria o papel da conselheira, e esta nas competências no regimento interno, de que forma as conselheiras podem contribuir com o processo de controle social e temos várias questões como, por exemplo, buscar aprimorar o conhecimento das redes públicas privadas do serviço que é muito importante, conclui sobre o fato ocorrido esta semana, sobre um Juiz que diz coisas aberrantes sobre a Lei Maria da Penha, e diz não está preocupado com medidas protetivas no País, quando uma deputada teve que chorar no pleno da Câmara Federal para que, o presidente da mesa ouvisse aquilo e colocasse um vídeo onde um deputado passa a mão nos seios de uma mulher, uma coisa aberradora que presenciamos todos os dias. Houve também uma audiência Públicas da violência conta às mulheres na Assembléia Legislativa – ALMG. Então é importante que as conselheiras permaneçam atualizadas colocando estas questões nas pautas para discursões, divulgações de notas do conselho nas mídias, jornais, revistas e serem participantes ativas nas reuniões, sendo necessário incentivar a participação da titular e suplente nas reuniões plenárias, para que a suplente fique inteirada nos assuntos. Os conselhos têm muitos desafios e as conselheiras podem fazer uma revisão na composição do conselho na questão do Notório Saber que na época a idéia destas vagas era de trazer mulheres que contribuíssem com o conselho nas questões de formular e redigir e que são escritoras, mas se não estiver dando certo, que seja revisto o decreto para mudar e melhorar no intuito de responder as demandas da população e a reafirmação da cidadania. Fomentar a participação dos usuários da sociedade é fundamental, aprofundar a intersecretariedade com outras secretarias também é fundamental, fortalecimento do protagonismo dos usuários. Talvez fazer uma revisão também no número de conselhos municipais existentes em funcionamento, para dar voz a muitos conselhos municipais que foram se perdendo durante a pandemia, outra questão é fazer uma pergunta em que órgão o conselho esta vinculado, quais as dificuldades que houve para este conselho esta funcionando, quais as estratégias podemos traçar para recuperar estas dificuldades, quais os outros canais de participação que existem no Estado. Saber se temos outros lugares além do conselho da participação dos direitos das mulheres, negras, lésbicas, mulheres bis, mulheres do campo, das florestas e das águas. Devemos ter interação do conselho da mulher com estas instâncias de participação que trabalham com mulheres, e são vários questionamentos que podemos trazer.

A Sra. Izabel Lisboa agradece a todas e informa que o conselho pode contar sempre com ela para estas contribuições e espera que avancem juntas com relação às mulheres e com um conselho que teve muitas passagens importantes. **Telma** agradece a fala de Bel Lisboa pela contribuição e diz contar muito com o apoio de uma para com as outras e a necessidade de posicionamento sobre as pautas e o dever de dialogar. **Tetê Avelar** assume a palavra e agradece também a palestrante Bel Lisboa pela tranquilidade de estar presente e de estar revendo e participando desta fala, e a importância de estar ouvindo novamente, e lembra quando entrou no conselho da mulher foi na mesma gestão de Bel no conselho municipal e atravessaram vários momentos de altos e baixos e tem uma passagem por vários conselhos e aos poucos foi adquirindo a facilidade de estar externando o que pensa, a respeito de conselhos que é uma instancia muito importante para todos nos que temos conselhos de todas as diversidades de todo povo Brasileiro e sofremos alguns ataques de desmembramentos e falta de empoderamento nestes locais que muitas vezes são espaços de decisões. Expõe que quando se fala que são 80 conselhos não tem muita certeza se são 80 conselhos, mas já foi feito levantamento de quantos conselhos ativos nós temos e na última conferência um dos temas debatidos era exatamente a questão dos conselhos, a organização dos conselhos e, passou por várias cidades ajudando o CEM na construção de um passo a passo de como montar um conselho e, é importante que a gente saiba que Minas Gerais o conselho estadual esta em Minas Gerais, esta em Belo Horizonte, mas ele é para Minas Gerais e às vezes corre o risco de não dialogar com todas as cidades e com todos os territórios, e isso é uma dificuldade. Existem realmente os conselhos que estão numa paridade com homens presente e ela esteve em alguns deles e percebeu que a participação deles é uma participação que é relevante sim, e passou por uma cidade que se surpreendeu com homens no conselho que não era conselho da mulher, mas achou interessante como é a participação deles e como eles tem a facilidade de entender a pauta da mulher. Acha que existe uma necessidade do CEM/MG se organizar e ter um passo a passo para a criação dos conselhos nos outros territórios, que é muito importante, e como seria este passo a passo? Primeiro tem que ter uma boa vontade política e uma mobilização da sociedade civil, entende ser necessário ser validado por uma lei municipal e passar por uma câmara de legislação, passar pelo Parlamento, e percebe que isso é uma das prioridades do conselho se quiser tratar um movimento no sentido de escutar mais mulheres dos territórios de Minas Gerais que não é pequeno. O que significa esta paridade, outra coisa que a Bel trouxe foi à questão da paridade, existe experiências em alguns conselhos que esta paridade e levado em conta também quando existem não só gestores do outro lado do poder público, mas também os usuários que fazem parte desta construção, então são coisas que precisam ser pensadas, o regimento do conselho foi elaborado na gestão passada levando quase que a gestão toda mexendo no regimento, falando várias vezes nas plenárias que estavam ficando a gestão toda mexendo no regimento, várias vezes como consta nas gravações o incômodo de querer avançar e mesmo assim não estar do jeito que queriam, e muito foi falado sobre a questão do notório saber, como lembra a Bel Lisboa, e sempre falava que notório saber não deveria estar no conselho e antes ela não estava tão convencida como hoje, e tanto é verdade, que isso esta se revelando hoje nesta gestão agora não conseguiram completar este lugar de notório saber e foi dito tantas vezes naquela época e agora estamos colhendo os frutos. Então foi plantada a sementinha neste entrave e com muito tato por que tinham naquela época pessoas de notório saber e não estavam querendo excluí-las, não era isso e lembra que a Daniele Auad estava por uma universidade e nunca tiveram nenhum atrito, porque é importante a pauta estar no conselho, mas ela não pode está no lugar de uma sociedade civil, tem que ter uma organização, movimentos organizados neste lugar, e esta pauta é muito importante, mas existem outras pautas para o notório saber, são variáveis e não podem concentrar numa só e deixar as outras de fora, estão sempre convidando e trazendo pessoas como Bel Lisboa que é um notório saber, não precisa de uma cadeira, e pode ser solicitada a qualquer momento, como também a Dra. Mila. Essa questão de notório saber afeta muito o conselho neste momento, uma outra coisa que precisa estar conversando é sobre a questão da ampliação da atuação através de algumas coisas que temos que acrescentar no Regimento que é a criação, por exemplo, eu, Terezinha Avelar representando a CTB sou Minas Gerais, então consigo levar o recado para Minas Gerais, não é um recado muito bacana muito eficiente, mas consigo dialogar com Minas Gerais, porque estou representando uma central de Trabalhadoras e trabalhadores onde tem uma secretaria adjunta que é a Sra. Alaíde e conseguimos dialogar, levar para as rurais e para Belo Horizonte, conseguimos dialogar com a rede, mas temos outros seguimentos representados que não é do

Estado como um todo, mas do Município, no momento de fala podemos fazer como no conselho de cultura que tem fóruns para conselheiros das regionais então por trás de cada conselheira existe a representação de um seguimento e é possível criar um fórum, e dialogar com o conselho e ter um grupo que trabalha para se reunir e trazer as pautas, se não fica sempre o eu, deste movimento trazendo Pauta, como cai muito neste lugar e acaba que temos uma escuta, mas trazemos muito do nosso objetivo, claro que temos uma audição da CTB, mas na hora do aperto trazemos para o conselho e sem consultar a todas e isso preocupa muito, se existe um fórum das mulheres como sociedade civil, conseguimos escutar o que as pessoas estão pensando para trazer e incluir na fala. Então esta questão da ampliação destes fóruns, não tendo certeza se esse seria o nome mais propício, faria uma frente trazendo outras pessoas, e mesmo na conferência onde temos todas as mulheres aglomeradas, o fórum teria um regimento que talvez o próprio falasse da ligação, mas que tivéssemos a liberdade de formar estes fóruns pelas conselheiras, para ter uma atribuição aqui fora, porque o fórum é livre e é de consulta, quando chamar para uma conferência que venha o fórum todo, suponhamos que temos um fórum regional de Jequitinhonha então temos uma pauta, para quem é de Jequitinhonha trazer para o conselho estadual, este diálogo mais permanente é uma proposta que não esta muito costurada ainda, mas é necessário pensar nisso, é mais trabalho para as conselheiras, com certeza que é, mas é um pensamento que do ponto de vista da sociedade civil de estabelecer algumas conversas com outros conselhos, reunir mais com as pessoas e que a sociedade civil tenha esta facilidade e um envolvimento maior com Minas Gerais que é muito maior que isso aqui que estamos visualizando e nos conversamos muito pouco. Tetê agradece e fala que mesmo estando no limite ainda consegue trazer proposições e enche um pouco mais de energia. **IV - Debate: A Composição do Conselho e Perspectivas para 2021, com Dra. Emilia Paulino Viriato e Isabel Araújo da OAB/MG: A Dra. Izabel Araújo** cumprimenta a todas, e agradece pelo convite, também cumprimenta as colegas da rede de enfiamento, na qual a Dra. Izabel Araújo faz parte, e a mesma faz comentário elogiando a explanação de Bel Lisboa, e informa que por coincidência esta vestida com a camisa da rede “quem ama não mata”, faz uma pontuação na fala da Tetê a respeito da questão de notório saber e recorda da importância dos conselhos enquanto órgão ou unidade de controle social de políticas públicas, falando de uma garantia constitucional, de controle da atividade públicas que é uma garantia que está prevista na Constituição. É uma garantia para que a sociedade possa participar da elaboração das políticas publicas e neste cenário a ideia é uma mescla, é uma conjunção entre conhecimento técnico e sabedoria popular, e quando falamos de sabedoria popular não necessariamente estamos vinculados à academia, e este é um ponto importante, e dá um exemplo no momento do parto, as **Doulas** não são necessariamente pessoas de conhecimento técnico, elas não são necessariamente formadas em medicina, elas são pessoas de um conhecimento não acadêmico, mas que tem **condições** de chegar naquele momento do parto e trazer um exercício de direito naquela parturiente, então o conhecimento da **Doula** é um conhecimento de sabedoria popular é um conhecimento que não é conhecimento típico da academia com produção de textos com currículos Lattes enfim, mas é um saber um saber muito relevante que na hora do parto faz a diferença para aquela mulher, e durante o parto vai garantir o direito daquela mulher de ter o seu parto da maneira que lhe convier da maneira que ela acreditar enfim, esse caráter de conjunção de mescla de sabedoria técnica e sabedoria popular ele tem uma importância para os conselhos de modo geral, uma importância ate de ordem pedagógica porque permitem um exercício de Cidadania muito grande, muito intenso, é um aspecto de politização do povo quando falamos do apego, a técnica acadêmica traz um caráter muito elitista para um lugar de fala que é próprio da sociedade, e a sociedade aqui, entendido de modo mais amplo possível. O regimento interno deste conselho da mulher de Minas Gerais, ele não esta afastado destes elementos que está sendo discutido de controle de políticas publicas e essas configurações estão previstas ainda que de forma intrínseca no regimento interno deste conselho de Minas Gerais, mas o que tem sido observado é que esta paridade que esta prevista no regimento interno de composição 20 mulheres sendo 10 oriundas das entidades estatais e 10 oriundas da sociedade civil, esta paridade ou este equilíbrio não esta sendo observado em relação a duas cadeiras, existe uma vinculação ao notório saber e este notório saber no edital ele não esta vinculado à academia, quando analisamos o edital para a composição do conselho estadual da mulher observamos a exigência inicial do edital e notório saber é uma atividade reconhecida na atuação pelo direito das mulheres, este notório saber no primeiro momento não esta vinculado a um notório saber acadêmico, então que o edital busca conhecimento da área dos

direitos das mulheres e que esta especificidade ela só vai acontecer nos adendos deste edital, o edital no **item 3.1** da habilitação fala que o conselho vai buscar representantes da sociedade civil, e a sociedade civil e esta entidade ampla e muito ampla que congrega mulheres de todas as raças de todos os gêneros, mulheres com todo tipo de necessidade. Falamos da mulher que tem deficiência, mulher trans, das mulheres que são mais altas mais baixas das que são gordinhas das que são magrinhas e quando falamos da sociedade civil falamos de toda e qualquer representante da sociedade civil, e é bastante amplo isso e a ideia do conselho é que isso seja amplo, no momento seguinte fala que possui notório saber e reconhecida atuação na defesa dos direitos das mulheres, primeiro ponto se esta mulher já tem um reconhecimento social de uma atuação na promoção de defesa dos direitos das mulheres por si só ela já traz um saber, porque se ela já esta atuando no direito de promoção das mulheres, tem uma atuação reconhecida socialmente, e tem uma capacidade própria da atuação cotidiana ela tem um conhecimento prático, e quando falamos de notório saber falamos também do saber prático, quando uso exemplo das Doulas, elas têm o saber prático da defesa dos direitos das parturientes, então não passou pela academia, mas promove direito, quando conversamos com as Doulas ou com mulheres que utilizaram as Doulas no momento do seu parto percebemos que há uma sabedoria, há um conhecimento ali que não da faculdade de medicina, mas há um conhecimento. Então o notório saber e o reconhecimento desta atuação que estão previstas no **item 3.1** do regimento estão sim de acordo com esta amplitude da sociedade civil. Mas quando adentramos nos elementos do edital vamos para o processo seletivo, e para a habilitação deste conhecimento de notório saber percebemos que o edital esta falando de notório saber acadêmico e quando adentramos nos itens do edital para entender que este notório saber tem que ser notório saber acadêmico vem uma restrição de um item, infra, que ele não esta previsto no caput da habilitação ele esta previsto dentro das especificidades e trás uma restrição contrária ao próprio caput que fala só da sociedade civil, e de um reconhecimento social publico de notório saber dentro da defesa de direitos das mulheres, então restringir este conhecimento estamos indo contrário ao próprio caput do item **3.1** e na prática qual tem sido esta repercussão, a paridade do regimento interno de 10 pessoas vindas de entidades governamentais e 10 pessoas vindas da sociedade civil, esta desigual porque tem duas cadeiras da sociedade civil que não esta sendo atendidas, e não esta sendo atendidas porque o Edital esta trazendo elementos restritivos que inclusive não são coadunados no próprio regimento interno e com as próprias normas que vinculam este controle social da função Administrativa do Estado, então se este edital esta trazendo uma limitação ao controle social da atividade do Estado este edital esta até passível mesmo de revisão nas vias judiciárias. Mas não precisaria chegar a tanto, e quando a Tetê convidou e pediu para fazer uma releitura e de análise era para que houvesse este debate, e gostaria de ouvir não apenas da parte da Jailane, a quem já tem o conhecimento, mas também das outras que estão presentes como Renata Castro representante da SEGOV, Fernanda Gandra representante da SEPLAG, Marilia Rafael representante da SEPLAG, que compõe neste momento o Conselho e precisam deliberar a respeito desta restrição que o edital esta trazendo e que vai contra ao próprio Regimento e vai contra as normas de controle social das atividades do Estado. Porque quando falamos de notório saber, estamos falando sim do notório saber popular, nós estamos falando de mulheres cujas atividades, que como a Bel Lisboa citou, o movimento quem ama não mata, e não é porque faço parte, mas é que as mulheres que compõe o movimento “quem ama não mata” faz parte dele desde a década de 70, são mulheres aguerridas na luta pelos direitos são mulheres não necessariamente juristas, mas que tem uma trajetória de lutas por direitos e que sim dentro deste cenário elas tem um conhecimento também reconhecido de atuação nesta defesa de direitos, e sugere que o Estado esteja aberto a compreender este notório saber como notório saber popular e que o conselho consiga a deliberar dentro desta plenária que há uma necessidade de adequação do edital para que ele se deslumbre o pleno exercício pela sociedade civil a partir de indicação de mulheres que tem esses saberes populares do exercício de defesa de direitos de mulheres, existe uma infinidade de Associações e de Movimentos de Mulheres que são mulheres extremamente capacitadas de uma trajetória de luta muito relevantes e que tem muito a agregar a este conselho em termo de sabedoria popular. A Dra. Izabel Araújo termina a fala e coloca à disposição para quem quiser conversar e debater. **Bel Lisboa** pega a palavra retornando para agradece a todas as companheiras e se coloca também á disposição. **Dra. Mila** se posiciona e fala que saiu muito incomodada da reunião anterior com as questões do conselho, porque não adianta falar, a Bel Lisboa falar, Tetê Avelar falar, mas gostaria de ouvi as Conselheiras do Governo, antes de se posicionar. **Jailane** inicia a fala

atendendo o convite de Bel Lisboa e Izabel Araújo, e lembrando da reunião anterior em que foi muita emoção discutindo as deliberações de maneira clara e já estavam todos cansados e ultrapassados os horários, mas que depois de vários debates continua entendendo que o pleno não deseja outro edital, e o conselho quer revisão e alteração do decreto, e fala da importância da Izabel Araújo retornar a fala sobre o edital que esta na esfera do conselho, e o conselho já havia discutido no pleno e no entendimento em conjunto que o próximo passo que o conselho defenderia era o passo da alteração do decreto e foi o momento que pensou em caminhar juntas com a alteração do decreto e em paralelo publicariam um novo edital para recompor a paridade das cadeiras de notório saber e caminhar com alteração do decreto, mas isso foi falado no final da reunião plenária e já eram quase dezoito horas e não tinha condições de pensar sobre esta deliberação, e este é o momento de retornar este diálogo, é importantíssimo. Retornando à memória, enquanto servidora da SEDESE, que acompanhou a construção do edital de notório saber do conselho da mulher e estava na coordenação da Casa de Direitos Humanos na época e havia uma comissão montada para elaboração deste edital e concorda plenamente com Izabel Araújo que o edital foi restritivo por que de fato colocava como requisitos apresentação do currículo Lattes, a apresentação do certificado e uma série de coisas que levou o entendimento editalício de que esta composição ela deveria ser da academia, isso foi uma restrição que o edital colocou e não uma restrição do regimento do conselho e quem compôs a comissão na época foram duas servidoras do Estado e duas da sociedade civil, era uma comissão paritária formada por Andréa do Socorro Luiz, Elenir Rios, Julia Inês e Carmélia Vianna, era essa composição e não sabe dizer o que levou essa composição elaborar o edital naquele formato, foi este edital que a SEDESE publicou e concorda plenamente que o edital foi restritivo, o Conselho decidindo fazer um caminho paralelo e recompor estas duas cadeiras, via edital para o notório saber, podem fazer este movimento para a alteração do decreto e este edital com o grupo que se formar para ele que este edital esteja inclusive abrangente e que ele possa dar e permitir a margem que o nosso regimento nos dar, que é a margem de acolher este notório saber, e esta comissão que se formaria para pensar este edital que teria este trabalho meticuloso de como mensurar este notório saber na hora da seleção, classificação e etc. e traria para o pleno para dar validade ou não, e a amplitude deste edital é um caminho que enquanto servidora e fala quanto SEDESE, super concorda, no seu entendimento com relação ao decreto sente que este decreto precisa ser revisto porque esta na contra mão de todos os outros conselhos e isso tem que ser mudado para serem 10 entidades e que a gente pode estar fazendo como desde a plenária passada, de estar convidando mulheres de notório saber, que fazem incidência com a pauta que esta sendo discutida no dia, porque este entrave do notório saber tem que ser permeável tem que ser transversal em todas as plenárias e não pode ser cadeira fixa, tem este consenso por parte da SEDESE, porque este é o caminho, e pensar tecnicamente como devem encaminhar e colocar em prática, sabendo que essa discussão esta desde maio e precisa fazer acontecer, e estão neste empenho que é um desejo de todas as conselheiras e quem sabe conseguem fazer um cronograma hoje e fechar, e cumprir esta ação e para finalizar e dar espaço para as outras conselheiras socializarem, com o que pensam com relação as duas alterações e as duas conduções conforme Telma achar que é adequado trazer este item de pauta, para ver se cabe esta discussão hoje, se faz a condução da mudança de decreto, mas que façamos em paralelo a condução de um novo edital. **Telma** assumiu a palavra e esclarece que concorda com Jailane que tem razão, e isso já é um ponto passível aqui dentro do conselho a necessidade de alteração do decreto e o que precisam é de apoio para dar celeridade às alterações que exatamente não estão ao encargo do conselho como, por exemplo, decreto que hoje temos aqui a proposta de alteração do texto do decreto que gostaríamos de pedir e embora seja uma alteração muito simples no sentido textual porque basicamente é isso, pois já estão acordadas e pessoalmente o texto é simples, mas ainda sim precisam trazer isso para que o pleno aprecie e aprove para dar seguimento para os passos seguintes neste trabalho, neste esforço da alteração do decreto, realmente penso que é muito ruim que voltem a discutir questão do edital agora, no sentido de vamos fazer outro agora, porque não é no sentido dos itens que **Izabel** quis dizer, que o edital esta carregado de problemas, e não é isso que quis dizer, mas para fazer outro agora, por que o conselho já debateu isso tantas vezes, já deliberou isso e, já esta pacificada que a decisão é proceder a alteração do decreto e depois fazer um novo edital e a partir disso fazer a organização da casa toda, então esta é a sua opinião. **Dra Mila** pede a fala e inicia falando sobre a discussão da discrepância e Izabel veio referendando com sinceridade que há uma discriminação dentro deste

conselho estadual da mulher, e pior ainda o silêncio do governo, e quando Izabel Araújo fala que se inscreveu e coloca que gostaria de ouvi-las é porque somente a Jailane tem a boa vontade de se posicionar, mas pede desculpas e respeita ao trabalho dela e como a própria Jailane disse que esta voltando agora e fez sua proposta, na qual tentou solucionar e, como disse muito bem a Telma, que isso já esta superado e onde estão as outras conselheiras do governo que estão presentes e não se posicionam. Então esta composição é discutir isso agora também para o final do ano, percebem um desgaste muito grande e uma má vontade do poder público, porque trouxe o assunto desde maio e até agora não definiu nada, ou seja, o regimento interno é valido para todas, e a partir do momento que soltar um novo edital ninguém quer saber do regimento que esta e vai ler a *prima face, a priore*, o edital e este edital é discriminatório, porque Izabel Araújo trouxe muito bem o exemplo das **Doulas**, mas sem ser as **Doulas**, temos também as Rezadeiras, Benzedeiras, e outras mulheres com notório saber que não tem academia. Propõe a Telma, e ao conselho, uma possibilidade de uma ação ADPF, que é Ação Direta de não garantia de Preceitos Fundamentais, Dra Mila pede desculpas a Telma e Tetê e a todas as conselheiras, e não é nada pessoal, porque o conselho vai continuar trazendo visitas todas irão continuar falando, falando e falando, e o Estado vai ficar calado empurrando com a barriga até a próxima gestão que se ganhar continua na gestão e se não ganhar vai embora e o conselho não trouxe nenhuma política, pensando da época que as conselheiras foram empossadas até hoje, o conselho não é só deliberativo e tem a obrigação de fiscalizar de propor e de intervir, e como este conselho esta trabalhando, se ele não tem resposta e não tem a equidade necessária, Dra. Mila fala em respeito e que como advogada requisita todas as atas do conselho deste ano, que são documentos públicos e tem o dever de analisar para entrar com ação direta de preceitos fundamentais e ver a possibilidade de mandato de segurança coletiva ou o que for, porque este Conselho depois de alguns estudos ele não esta seguindo os demais Conselhos, e só este Conselho esta nesta situação, e sendo sincera além da falta de respeito do gestor, quando pede para ouvir as outras conselheiras governamentais, somente a Jailane teve o respeito de falar com esta “**preta Fubazenta Aqui**”, e não é a primeira vez que percebe o comportamento das gestoras e não sabe ser falsa, sente como as pessoas também deste edital discriminada por este conselho, desrespeitada quanto cidadã, porque quando fala que gostaria de ouvi-las, não é ouvir só Jailane, mas sim quantas outras conselheiras que estão aí, e fica pensando ser solidária com Telma, Tetê e Maria do Graal e todas que estão aqui sente solidária, porque são guerreiras e estão dando murro em ponta de faca, fazendo papel de boba e nunca irão consegui nada, porque o Estado esta em maioria, e sente vergonha de estar aqui hoje pela segunda vez, e repudia este comportamento isso é grosseiro isso é covardia, isso é autoritarismo, então muda a proporção do conselho e coloca na proporção que é do regimento porque vem uma gestão e muda, vem outra e muda, e o conselho precisa ter uma questão solidez, ele precisa ter equidade, paridade e isso não está tendo, e mais uma vez pede desculpas a Telma e Tetê pelo desabafo, mas ficar sentadas aqui e serem tratadas desta forma pelas gestoras com este descaso, este deboche, este escarno, pede por favor para não ser convidada mais, porque repudia a falta de educação e de compromisso do Estado porque esta aqui como sociedade civil e de notório saber, mas queria ouvi-las, porque isso não é política pública e quanto sociedade civil isso é política suja e quando pede resposta querem resposta e precisam ser respeitadas e isso é um absurdo, e sente como se **Izabel** tivesse jogado as palavras ao deserto infértil, porque pediu que gostaria de ouvir fulano, cicrana e beltrano que já são conhecidas e somente uma se manifestou, então sinceramente hoje se sente enquanto cidadã comum e quanto advogada ofendida com este silêncio de quem representa o Estado, então muda o conselho porque o dia que ele estiver na sua integralidade 50 por cento da sociedade civil, todo cidadão que aqui chegar ele será respeitado. **Izabel** pede a fala e coloca que não pelo simples fato do silêncio, mas pelo fato de estarem todas com as câmaras fechadas já demonstra uma falta de comprometimento com a sociedade civil e até mesmo uma certa indignidade para estar ocupando este lugar, porque certamente no Estado existe outras profissionais abertas ao debate de forma respeitosa como Jailane que esta com a câmara aberta e ouviu, respeita e recebe, mas infelizmente não é possível que haja esta postura de todas representantes do Governo, Dra. Mila agradece a Izabel por entender a indignação. **Tetê** pede a fala e faz o encaminhamento conforme este cenário que Jailane acaba de chegar e encontra a coisa encaminhada de outra forma e desde o início que vem atravessando junto com a pandemia, a própria posse do conselho que vem trazendo um desgaste e não queriam uma posse tão apressada, tinha muita coisa para corrigir e vem rolando coisa do

passado para esta construção mal feita de um decreto, acrescenta que Jailane falou muito bem e não queria dizer nomes, mas Jailane colocou os nomes que inclusive são pessoas da sociedade civil que estavam compondo a comissão, e não pensem que ela não falou na época, mas falou sim várias vezes com as companheiras da sociedade civil que as coisas não era por ai, e sim por aqui e com 68 anos comemorado no dia 12/12, juntamente com Belo Horizonte, não foi considerado este notório saber de uma pouca experiência que tem dos encontros por ai, e já falou varias vezes a respeito disso e sente muito por Dra. Mila e Izabel Araújo, chegarem neste momento e sentir este impacto todo de uma vez isso pesa e há uma indignação, e é um incômodo realmente e fica preocupada porque plenária tem que ter pessoas falando e não sabe o que rola antes disso porque acredita que sejam lacunas que as pessoas vão preenchendo e entendo que este assunto é de todas e não assunto da sociedade civil e sim de todas s conselheiras. Se o conselho deve ser paritário, se está desequilibrado para o nosso lado e estamos falando, querendo dialogar com o outro seguimento que estão aí, causa um perplexidade pois não se sabe o que se passa quanto ao silêncio, não se sabe se é fruto de uma pressão ou de não estar sabendo qual é a importância disso, e esta dentro do problema é a sociedade civil mas afeta um conselho como um todo e afeta Minas Gerais inteiro afeta o próprio deslocamento do conselho para fazer outras pautas, pois como se pensa em conferência se aqui esta deste jeito, como vamos participar de um seminário que outro dia fui falar sobre o que a UBM puxou os conselhos, e cheguei em uma outra reunião que era do Conselho Nacional e só podia falar do conselho Municipal e não podia responder pelo conselho Estadual de Minas Gerais. O conselho precisa verbalizar o que esta sendo construído e o que esta sendo desconstruído é o próprio conselho, o próprio entendimento do conselho, e tem feito um movimento neste sentido do que é o conselho qual a participação das conselheiras e nós queimamos algumas etapas no aodamento de uma posse que a chegamos nestes lugares sem saber e as que são militantes estão sabendo de cor e salteado o que é um conselho mas quem vem do espaço público, acredita que as vezes falta essa formação, acrescenta que Elzelina é fabulosa e sabe o que é um conselho e já passou por ele e tem participação para estar contribuindo, mas esse silêncio que é significativo para nós dói na sociedade civil e saber que muitas das vezes estamos sozinhas, e é este sentimento, mas quero muito entender o que esta acontecendo do outro lado porque o silêncio, também é de dor ou de que, de não estar juntas, é de não esta vendo interesse nenhum neste debate, agora já temos propostas e vamos encaminhar e acho que este conselho tem que se erguer com silêncio ou sem silêncio, tem que ir para a frente ou então desmancha, porque no último caso vamos esvaziar o conselho e vamos embora, e deixa fazer outra eleição faz outro edital, mas não é sua postura de militante, não é isso que queremos, nós queremos o conselho se erga, e o que temos que fazer realmente são essas mudanças de duas linhas, neste edital de notório saber que não nos atende e Izabel já falou e colocou os motivos então é a retirada disso e é esse encaminhamento e devemos ter jogo aberto, o que entendemos é que tem algo que a sociedade civil esta fazendo que não está bacana, por exemplo, reivindicar que a Bárbara Ravenna volte para o conselho porque ela saiu para se candidatar e a eleição já terminou e porque mantê-la afastada agora? Demorou tanto para ser publicado a dispensa que poderia ter contribuído para desfecho da candidatura, então é muita coisa para o nosso lado e será que é só da sociedade civil e não desrespeita a todas do conselho? Então registra sua preocupação e que já está no limite, e fica carregando esta pauta que é importante e o conselho fica desgastado e daqui para frente tem que fazer a praticidade e fica pensando o que falam nos outros conselhos sobre o conselho da mulher que fica uma falação desta morosidade, mas as pautas do conselho são morosas mesmo e não tem fim, e o encaminhamento seria dar mais praticidade que já esta pautada em ata e que a Dra. Mila pede que todas as atas sejam entregues para fazer os estudos para ver o caminho que vamos seguir, e vamos encontrar atropelos daqui para frente e estamos falando de um seguimento que temos como porta voz a Jailane, e se a Jailane entendeu bem o nosso posicionamento ela assegura que ela deve levar adiante para todas, e este próprio silenciamento e esta força que estamos debatendo, debatendo até a Exaustão e não temos ainda uma mesa diretora e precisamos eleger a mesa diretora e é isso tudo. **Dra. Mila** pede um adendo e solicita uma reunião com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social da SEDESE, Sra Elizabeth Jucá, para fazer uma mediação e levar a situação até a ela que seja com a participação da sociedade civil Izabel Araújo, Comissão da Mulher, Advogada e Comissão da Rede, porque isso precisa chegar na secretaria pela sociedade civil, e pede esta reunião com Tetê, Telma, Jailane, Bebela e Izabel Araújo, mas antes precisa analisar as atas e o regimento interno para não dizerem

que conhece de lei, mas não entende de conselho e conclui que faz parte de conselho desde 1994, quando começou no conselho saúde e não quer falar bobagem, pede as atas com as deliberações do pleno para levar o assunto para a secretaria pessoalmente e o repudio, a este descaso a este silêncio que é tratado a sociedade civil, fala como sociedade civil e não quer ser tratada com palmas e tapinhas nas costas e nem ficar confrontando e debatendo com ninguém, a única coisa que pede quanto militante atuante no direito das mulheres, sejam elas pretas, sejam elas lésbicas, seja mulheres trans, seja travestis, mulheres de todos os gêneros cores e raças, não aceita este descaso do Estado porque a cada uma hora e a cada minuto tomba uma mulher não só na violência doméstica, também somos violadas com nosso corpo, se o conselho tem essa função social de trazer políticas públicas seja elas de Investimento, educacional de coibição de repressão, ele é omissivo, e requer uma reunião para tentarmos uma mediação e estudar o caso se não houver diálogo a partir desta reunião, aí faz questão de entrar com ação civil, vai verificar o embasamento jurídico e destitui o conselho na íntegra de responsabilização de omissão do Estado. As mulheres não podem ficar sofrendo mais violência tendo um conselho de história de mulheres de peso e de luta, mulheres tão aguerridas, mas um conselho faz de conta, então propõe e pede uma reunião com a secretaria indicando as pessoas participantes que é Bebel representando rede Estadual, Tetê e Telma representando a sociedade civil e Dra. Mila e Izabel Araújo, representando a Comissão Estadual da Mulher Advogada. **Tetê** retoma a fala e propõe encaminhar estes dois pontos de pauta que ficam caros para todas que é a questão das conselheiras afastadas e uma vez que entendemos e aprovamos em ata que elas estavam distanciadas e elas voltam agora, e quando falam que elas foram dispensadas penso que a dispensa é para a campanha e não quer entender que elas foram dispensadas porque participaram da eleição e outro ponto seria a mudança do decreto e cabe entregar este conhecimento de muita coisa que cai para Izabel e o pessoal da rede e explicar de que lugar estamos falando de tudo que já traçamos e para quem estava ausente, e considera até que Jailane no período que estava ausente por vários motivos até que saísse a própria nomeação como conselheira, e o conselho cometeu vários erros, inclusive de nomear a Jailane como vice-presidente, e não era para ser deste jeito e não sabe onde estava com a cabeça naquele momento e não ficou alerta e mantém sempre alerta para isso, e nos minutos finais da reunião alertou Jailane para o procedimento com atas e decidiram que seria daquele jeito que era passar por cima de uma assembléia que é soberana e Carmélia concordou no momento, e isso acontece por muito acúmulo de trabalho e reunião, então faz com que atropelamos a nós mesmas e sugere chamar uma reunião conforme Telma encaminhar para estar construindo o que a sociedade civil está querendo, e que não é somente a sociedade civil e precisa de tranquilidade para trabalhar e não consegue trabalhar desta forma, com estas atitudes que são tomadas e as pessoas não percebem que estão sendo violentas com outras mulheres, fica pensando que fala tanto que silencia as outras que gostariam de falar também, e é neste sentido que reivindica que externem e falem o que concordam e que não concordam, propõe os dois pontos de pauta que é o retorno das conselheiras no pós-eleição e a questão do decreto e partir para um bom conselho para 2021, salientando que esta reunião se faz necessário através de documento que se entenda e que a Jailane precisa de um apoio de um documento do conselho, por que não pode estar sozinha neste lugar também que é de melindre, porque a Jailane não vai levar o assunto da forma que se fala e tem os lugares de fala e não traz sozinha e traz pela central que trabalha e atua com, assim como a Telma que precisa ter o Simprominas, e já conversaram sobre isso. **Renata de Castro** inicia a fala cumprimentando a todas dizendo da diferença do que foi pontuado no raciocínio de algumas é a primeira vez que participa da reunião e como representante suplente da SEGOV e por este motivo se manteve em silêncio, somente ouvindo, com muito apreço, por não estar por dentro das pautas que estão em questão, mas faz questão de falar, por ser uma militante também, que escutou todas com muito orgulho e ressalta que o olhar da Tetê nesta reunião foi um olhar de cansaço, mas de muita bravura e muita força, assim como a Dra. Mila pontuou diversas coisas, acredita ser realmente uma falta de respeito, às vezes as pessoas não se manifestam, e pede desculpas porque não se atenuou a isso e ficou nervosa por tantas coisas e como assistente social já vinha querendo falar muitas vezes e nunca pode falar e entende a importância do conselho e pede todas que se calam durante muito tempo, que se manifestem e, este conselho, com tantas coisas que foram pontuadas no que tange a alteração do decreto, pede a todas que continuem lutando e tendo uma representante de cada órgão, elas podem agregar valores ao conselho inclusive convidar participantes do conselho das mulheres de direitos de defesa das mulheres para

participarem eventualmente de um encontro ou de uma plenária, e temos na Assembléia Legislativa de Minas Gerais – **ALMG**, representantes de partido que compram esta briga também junto com o conselho, as vezes convidar algumas desta representantes que tem força para ajudar nas questões de alteração do decreto como todas tem o conhecimento e reafirma o orgulho que sente pelo conselho mesmo sem entendimento, e que a questão do decreto deve ter sim uma amplitude e temos que brigar pelo nosso espaço em todos os locais, a mulher tem que ter o lugar de fala e tem que ser respeitada e ser ouvida, pede desculpas e percebeu a força das mulheres que mesmo cansadas não podem parar. **Telma** agradece compreende a fala da Renata, da importância de convidar todas as suplentes para participarem das reuniões do conselho, para atualizarem e se reiterarem nos assuntos, reafirma o posicionamento das companheiras afastadas, e faz apreciação da proposta da alteração do decreto e os pedidos da Dra. Mila que tem todos os direitos de fazer os pedidos e o encaminhamento proposto por Tetê também é importantíssimo e não há questionamento só reafirmarmos para que fique registrado em ata que apoiam desde o início o retorno das conselheiras que foram afastadas para candidatura para que elas voltem para o conselho e não fiquem definitivamente afastadas, sugere um novo comunicado ao Governador do Estado de Minas Gerais, Romeu Zema, no sentido de reafirmarem o posicionamento em apoio às conselheiras que estão fora, agradece a Dra. Mila e a Dra. Izabel Araújo por estarem apoiando o conselho e agradece também o posicionamento da Jailane. **II – Aprovação e considerações da ata anterior:** Por questão de ordem Telma passa a aprovação da ata da plenária de novembro. Não havendo nenhuma consideração ou retificação, as conselheiras a aprovam por unanimidade. **V – Informes:** **Telma** pede para a servidora **Jéssica** fazer um relato sobre as assinaturas das atas, **Jéssica** informa que todas a atas foram assinadas pelas representantes do governo e as representantes da sociedade civil que ainda não assinaram já foram contactadas para auxiliar na assinatura, inclusive com a abertura de um novo chamado no suporte SEDESE para solucionar a questão das senhas das conselheiras, afirma que toda a secretaria está se articulando para este processo, agradece as servidoras Elenir e Júnia da equipe de apoio da secretaria executiva do CEM, que articularam com as conselheiras para colocarem as atas em dias. **Elzelina Dóris** representante suplente da Secretaria de Estado de Educação, apoia o compartilhamento dos temas da plenária com as suplentes para se atualizarem e tomarem conhecimento das pautas, Tetê agradece a todas pelas manifestações, e fala da importância do Diálogo da titular com as suplentes para a suplente ficar reiterada nos assuntos. **Telma** faz a explanação do texto com demonstração em tela, da proposta de alteração do decreto, o texto original do **Art.2º do Decreto** que diz respeito à alteração pleiteada pelo pleno do conselho, o desejo é tirar a parte que referencia as cadeiras do notório saber e a correção das cadeiras alterando para 10 cadeira da sociedade civil e não 08 cadeiras como diz o texto original e faz a leitura da justificativa da proposta de alteração do decreto, a partir desta alteração do decreto seguiram com a formulação de novo edital transferindo as duas vagas faltantes até o momento, o debate sobre o tema o conselho conclui que o notório saber não representa outros saberes relativos a mulher, e deve estar presente dentro dos debates do conselho por meio de convites de participação especial para cada pauta que se faz necessária e textualmente é muito simples e sabem da dificuldade de ser publicado para fazer acontecer, pede a todas para se manifestarem com relação ao Texto e justificativa, e coloca em Votação, **Jailane** adianta e aprova o texto de alteração do decreto, todas votam sim e aprovam em dar sequência com os encaminhamentos. **Juliana Cordeiro**, Coordenadora da Casa de Direitos Humanos – CDH se posiciona e se apresenta, e instrui o correto procedimento quanto aos encaminhamentos apresentados. Sobre os dois encaminhamentos, que o movimento adequação ao decreto seja o encaminhamento no formato de ofício solicitando a avaliação e as providências necessárias, sobre a sugestão de reunião com a secretaria e a título de organização sugere colocar em votação e verificar com as conselheiras se será em conjunto com o conselho ou se não há necessidade de votação para que este agendamento seja realizado, e que também precisa ser encaminhado em formato de ofício. **Telma** responde que a Dra. Mila não é conselheira e está propondo a reunião de maneira externa ao CEM, e que como advogada pode pedir dentro do direito dela sem a necessidade de colocar em votação, e não seria uma deliberação do conselho e sim uma solicitação individual, que a própria Dra. Mila irá fazer este alinhamento. Sobre as adequações do texto será feito juntamente com a secretaria executiva do CEM, como antes encaminhava para Elenir e solicitava para que fosse colocado em formato de ofício e agora faz este encaminhamento para **Jéssica** e solicita da mesma forma. **Tetê** acrescenta com relação a esta reunião que

acredita que há necessidade de validação em plenária. **Telma** entende que este encaminhamento seria feito direto pela Dra. Mila. **Jailane** completa e pensa que é importante colocar em votação o agendamento desta reunião com a secretaria. **Telma**, então, concorda e encaminha validando a proposta de reunião e todas concordam. **Jailane** apresenta um informe e pede apoio de Telma e as demais que estiveram presentes no fórum, Tetê, Bárbara e Telma, e socializa para todas que haveria este encontro compondo a primeira etapa na região sudeste da Conferência Nacional da Mulher, e diz que tem se preocupado em relação ao chamamento para conferência nacional ao fato de não ter ainda um cronograma para os Estados e para os Municípios e que a previsão seria sair em janeiro e sem nenhum horizonte de orçamento e nem se seria virtual ou não, ficou bem solto por ter sido uma publicação sem muitos informes e esteve no espaço a regional sudeste e sul e foram unânimes nesta preocupação e surgiram duas preocupações também, uma é de garantir estes espaços de participação e, outra o receio da participação independente de como ela seja conduzida, pode ser ruim para a pauta e várias coisas acontecem, dentre elas uma participação de mulheres que tem um certo acesso técnico que não seja aquelas que não tenham o Conteúdo das Lutas mais interiorizadas uma discussão que vai um pouco na contra mão e precisa ser mais assertiva, foram estas duas preocupações que foram colocadas e hoje aconteceu a etapa final, isso para deixar todas cientes do que esta acontecendo o informe de hoje a conselheira nacional apresentou as datas previstas e a idéia é que seja publicado até 29/12/2020 e a previsão de datas para as etapas municipais e etapas livres e regionalizadas seja realizadas de 01/03 a 30 /05 e a etapa estadual tem que ser realizada no período de 01/06 a 31/08. **Dra. Mila** retorna e parabeniza a todas em especial a Tetê e Telma por esta luta e pela maturidade deste conselho e pede desculpas pela forma incisiva de se posicionar que não é uma agressão, mas á vida a fez assim, e apesar do cansaço de todas pode que não desistam da luta, fala da demonstração de maturidade das conselheiras que sabem contornar a situação porque todas são maduras e capacitadas para resolver as questões. **Izabel** retorna também e parabeniza todas e pede desculpas com a forma e necessidade de ser incisiva com relação às políticas públicas. **VI – Encaminhamentos:** I - Elaboração e envio de ofício solicitando reunião entre a rede, o Conselho Estadual da Mulher e a Sra. Elizabeth Jucá para o sobre a alteração do decreto, paridade do conselho e desincompatibilização das conselheiras que se candidatam no ultimo pleito eleitoral. II – Elaboração e envio de novo ofício pedindo o estudo para alteração do decreto, para alteração das cadeiras de notório saber, conforme definido em todas as plenárias do CEM/MG em 2020. **VII. Encerramento:** cumprida finalidade da reunião, a presidente Telma procede ao seu encerramento, às 17h15min. Nada mais havendo a ser tratado encerrou-se a reunião, Eu, Elenir Rios, lavrei a presente ata que depois de aprovada será assinada por todas as conselheiras presente.



Documento assinado eletronicamente por **Priscila de Faria Pereira, Servidor (a) Público (a)**, em 23/02/2021, às 11:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elzelina Doris dos Santos, Servidor (a) Público (a)**, em 23/02/2021, às 14:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Tatiane Carvalho Maia, Diretora**, em 23/02/2021, às 15:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Danielle Gandra Rodrigues, Servidor(a) Público(a)**, em 24/02/2021, às 17:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Barbara Bella Paiva, Servidor(a) Público(a)**, em 01/03/2021, às 10:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **24496425** e o código CRC **40B1EB7C**.

Referência: Processo nº 1480.01.0011675/2020-04

SEI nº 24496425